

## Manipulação da informação: as ações de poder em 1984

*Information Handling: the Actions of Power in 1984*

**Alan da Costa Amorim** | alanamorim@id.uff.br

Graduando em Arquivologia pela UFF

**Resumo** Este artigo analisa *1984*, romance distópico de George Orwell, em duas perspectivas que se tornam únicas ao final: a percepção de poder, especialmente do Estado, de acordo com Marx (2010), Engels (2010), Weber (2011) e Foucault (1979), e como as mesmas dialogam (ou não) com as camadas sociais; e, por fim, assimila a ideia de poder já proposta com a importância da informação (seja ela manipulada ou de total acesso). No primeiro ponto serão trazidas as análises de poder tais quais a ideia dos oprimidos assumindo o aparelho estatal, a existência de um Estado soberano e com legitimidade do uso da força e as relações dos indivíduos

no que tange o poder através de imensas camadas e do uso da disciplina. No segundo momento, elementos como a manipulação da história, a criação de uma nova língua e a subversão da razão estão ligados intrinsecamente ao poder que a detenção da informação oferece. Todas essas análises dialogam paralelamente com os aspectos da obra de George Orwell e apontam que o direcionamento para toda ordem de poder provém da informação, sendo ela acessível ou manipulada.

**Palavras-chave** informação; manipulação da informação; poder; *1984*; Estado

**Abstract** This article analyzes *1984*, a dystopian novel by George Orwell, in two perspectives that become unique at the end: the perception of power, especially of the State, according to Marx (2010), Engels (2010), Weber (2011) and Foucault (1979), and how they dialogue (or not) with social strata; and, finally, assimilates the idea of power already proposed with the importance of information (whether manipulated or full access). In the first point, power analyzes such as the idea of the oppressed assuming the state apparatus, the existence of a sovereign state with legitimacy for the use of force and the

relationships of individuals with respect to power through immense layers and use of the discipline. In the second moment, elements such as the manipulation of history, the creation of a new language and the subversion of reason are intrinsically linked to the power that the possession of information offers. All of these analyzes dialogue in parallel with aspects of George Orwell's work and point out that the direction for any order of power comes from information, whether it is accessible or manipulated.

**Keywords** information; manipulation of information; power; 1984; State

## 1. Introdução

Qual é o limite de acesso à informação para a sociedade? Quem é que regula as diretrizes de poder e diz o que pode e o que não pode ser acessado? Afinal, o que é poder? Esse presente artigo tem a intenção de analisar o contexto de acesso e manipulação da informação e as características presentes dentro da construção do mecanismo de poder dentro da obra 1984, de George Orwell.

A distopia escrita em 1949 traz uma sociedade pós-guerra em que são observadas nuances ilusórias de calma, de grande ascensão socioeconômica e uma falsa noção de paz. Na verdade, sob essa aparência plácida atuam mecanismos de controle do agir e do falar e de perseguição aos que forem contra o governo estabelecido.

Nessa perspectiva, acompanhamos Winston, protagonista do romance que trabalha no Departamento de Registros, e todo seu processo de insatisfação e revolta com o *status quo* ao qual está inserido. O personagem se pergunta, no decorrer da história, se existe uma forma de superar as barreiras impostas pelo sistema, numa busca incessante de encontrar aliados na luta contra o totalitarismo que se instaurou em seu país.

Esse totalitarismo se manifesta em aspectos físicos e em outros inventados pelo Estado. As onipresentes “teletelas” e a Polícia do Pensamento são mecanismos de vigiar e punir os cidadãos, de difundir as ideias do “Grande Irmão” (Big Brother) e de promover o apagamento de registros, regendo o controle para o bom funcionamento social.

Considerando essas características descritas pelo romance, para analisá-lo recorreremos às perspectivas de Michel Foucault (1979), Karl Marx (2010), Friedrich Engels (2010) e Max Weber (2011) sobre o poder e sobre como essa sociedade está ligada paralelamente ao que foi pensado. Ademais, essas concepções vão se entrelaçar com questionamentos a respeito do acesso à informação, da manipulação da informação e das relações que podem ser estabelecidas entre informação e poder.

## 2. Concepções de poder

### 2.1. Karl Marx e Friedrich Engels

Para Marx e Engels (2010), as relações de poder respondem à luta de classes, na qual tudo que é produzido deve voltar integralmente a quem produziu, ou seja, ao proletariado. Durante toda história, houve lutas de classes em que a dialética “opressores *versus* oprimidos” se configurou e esteve sempre presente diante do que era produzido. Fosse na relação entre homens livres e escravos, senhores feudais e servos ou, na concepção mais moderna, proletariado e burguesia. Esta última ascende devido

à grande multiplicação de manufaturas e com o advento das grandes indústrias, possibilitando uma ascensão social de quem antes se configurava como coadjuvante. Apenas os nomes/conceitos mudaram – as relações, não.

Na mesma medida em que a burguesia, isto é, o capital, desenvolve-se, desenvolve-se também o proletariado, a classe dos modernos operários, os quais só subsistem enquanto encontram trabalho, e só encontram trabalho enquanto o seu trabalho aumenta o capital. Esses operários, que têm de se vender um a um, são uma mercadoria como qualquer outro artigo de comércio e, por isso, igualmente expostos a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as oscilações do mercado. (MARX; ENGELS; 2010, p. 62)

Como forma de combater essa opressão, Marx e Engels sugerem a derrocada da burguesia e que o proletariado tome os meios de produção, a fim de que possa ter todo o controle daquilo que é produzido e usufruir dessa produção.

Dentro da perspectiva de 1984, a ideia inicial se assemelha muito à proposta de Marx e Engels (2010), quando Winston descobre, ao ler a obra oferecida a ele por O'Brien, intitulada *Teoria e prática do coletivismo oligárquico*, que

Num mundo em que todos trabalhassem pouco, tivessem bastante que comer, morassem numa casa com banheiro e refrigerador, e possuíssem automóvel ou mesmo avião, desaparecia a mais flagelante e talvez mais importante forma de desigualdade. Generalizando-se, a riqueza não conferiria distinção. Era possível, sem dúvida, imaginar uma sociedade em que a *riqueza*, no sentido de posse pessoal de bens e luxos, fosse igualmente distribuída, ficando o *poder* nas mãos de uma pequena casta privilegiada. (ORWELL, 1984, p. 178)

A princípio, a ideia da revolução que transformou a sociedade no contexto da obra era seguir basicamente as ideias propostas no *Manifesto comunista*. As relações de poder entre oprimidos e opressores iriam sucumbir.

## 2.2. Max Weber

O poder, na visão de Weber, se dá principalmente na existência de um Estado e que ele deve ser soberano perante a sociedade, ditando as regras para o seu bom funcionamento. É pautada nesse conceito de Weber que a sociedade de 1984 se encontra desde o seu início. Existem três grandes Estados que vivem em guerra para garantir não apenas a soberania, mas também para impor, às suas respectivas populações, a falsa sensação de segurança e estabilidade. O Estado, na sociedade em que Winston está inserido, é controlado pela figura carismática, protetora e zeladora da paz do

Grande Irmão. Cabe, pois, adentrar mais profundamente nos mecanismos ideológicos do Estado, segundo Weber (2010), e correlacioná-los com a distopia.

“Todo Estado se funda na força”, disse um dia Trotsky a Brest-Litovsk. E isso é verdade. Se só existissem estruturas sociais de que a violência estivesse ausente, o conceito de Estado teria também desaparecido e apenas subsistiria o que, no sentido próprio da palavra, se denomina “anarquia”. A violência não é, evidentemente, o único instrumento de que se vale o Estado – não haja a respeito qualquer dúvida –, mas é seu instrumento específico. [...] Em todos os tempos, os agrupamentos políticos mais diversos – a começar pela família – recorreram à violência física, tendo-a como instrumento normal de poder. [...], entretanto, devemos conceber o Estado contemporâneo como uma comunidade humana que, dentro dos limites de determinado território – a noção de território corresponde a um dos elementos essenciais do Estado – reivindica o *monopólio do uso legítimo da violência física*. [...] o Estado se transforma, portanto, na única fonte de direito à violência. (WEBER, 2011, p. 56, destaque no original)

Dentro da nuance de violência e da justificativa do Estado para poder usá-la encontram-se dois elementos responsáveis por esse papel: as teletelas, que recebiam e transmitiam qualquer barulho, por mais baixo que fosse, e também com a característica de filmar todo campo de visão. O outro elemento é a Polícia do Pensamento, instituição que se assemelha muito à polícia da nossa realidade.

A Polícia do Pensamento é responsável por deter todos aqueles que pensarem ou gesticularem contra o Partido. A esse crime de expressar opiniões contrárias chama-se *crimideia*. Juntos, esses dois elementos criam um mecanismo único para a manutenção do bem-estar social, ou seja, eles contribuem significativamente com o vigiar (teletelas) e punir (Polícia do Pensamento). Essa é a percepção sentida por Winston ao começar a escrever o seu diário contra o Partido e o Grande Irmão. Ao mesmo tempo, ele convive com o medo de que em algum momento suas intenções e seus pensamentos seriam descobertos e, por fim, mais cedo ou mais tarde, punidos.

A Polícia do Pensamento o apanharia do mesmo modo. Cometera – e teria cometido, nem que não levasse a pena ao papel – o crime essencial, que em si continha todos os outros. *Crimidéia*, chamava-se. O *crimidéia* não era coisa que pudesse ocultar. Podia-se escapar com êxito algum tempo, anos até, porém mais cedo ou mais tarde pegavam o criminoso. (ORWELL, 1984, p. 22)

Vale ressaltar que, assim como Weber afirmou anteriormente, existiam outros mecanismos ideológicos dentro do Estado totalitário (existe um Estado, mesmo que não na concepção de Weber, mas que, de certo modo, utiliza-se de algumas

características dentro dessa linha de raciocínio). No romance 1984, a família, ou pelo menos sua definição, também usa da vigilância do Estado, afiliando as crianças a “ligas” e os jovens aos ideais do Partido e, de certa forma, manipulando-os de forma a denunciar todo e qualquer ato contra o regime, mesmo se cometidos pelos pais.

Quase todas as crianças eram horríveis. O pior de tudo é que, com auxílio das organizações tais como os Espiões, eram sistematicamente transformadas em pequenos selvagens incontroláveis, e no entanto nelas não se produzia qualquer tendência de se rebelar contra a disciplina do Partido. Ao contrário, adoravam o Partido, e tudo quanto tinha ligação a ele. As canções, as procissões, as bandeiras, as caminhadas, a ordem unida com fuzis de madeira, berrar palavras de ordem, adorar o Grande Irmão [...] Toda sua ferocidade era posta pra fora, dirigida contra os inimigos do Estado, contra os forasteiros, traidores, sabotadores, ideocriminosos. Era quase normal que as pessoas de mais de trinta tivessem medo dos filhos. (ORWELL, 1984, p. 27)

Ademais, toda forma de poder era controlada pelo Estado, que se tornara responsável por manipular toda a população e minar todos aqueles considerados inimigos do Partido. Um total autocontrole de sua população, que, segundo Weber (2010), é o papel do Estado.

### *2.3. Michel Foucault*

Diferentemente das concepções anteriores, para Foucault (1979) o Estado tem sua parcela de responsabilidade na detenção de poder, mas é dentro das relações individuais que se montam as noções de poder. O Estado está apenas ali como estrutura, mas quem dirige o Estado, legisla, cria parâmetros de direitos e deveres são as pessoas. O poder é uma prática social que está em constante transformação.

Para além disso, ressaltam-se dentro dessas relações, promovidas por instituições como família, escola, presídios, a marca da disciplina como expoente. É por meio da disciplina que se mantém a ordem social, algo que se traduz na autoridade.

Trata-se [...] de captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações [...] captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam [...]. Em outras palavras, captar o poder na extremidade cada vez menos jurídica de seu exercício. (FOUCAULT, 1979, p. 182)

Como reflexos dessa questão disciplinar e das relações de poder praticadas pelos sujeitos nas mais diversas camadas sociais, Foucault (1979) chama a atenção para os

locais considerados de invisibilidade, nos quais os indivíduos são excluídos do resto da sociedade. Ou seja, essas relações também estão atribuídas e interligadas ao uso da linguagem como mera detentora da verdade:

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade, isto é, os tipos de discurso que aceita e faz funcionar como verdadeiros..., os meios pelo qual cada um deles é sancionado, as técnicas e procedimentos valorizados na aquisição da verdade; o status daqueles que estão encarregados de dizer o que conta como verdadeiro. (FOUCAULT, 1979, p. 12)

Assim como para Foucault (1979), na sociedade de 1984 há uma produção da verdade que tem como principais discursos a exclusão de registros contra o Partido, a anulação dos fatos históricos (ao ponto de compreender a História somente a partir da guerra), a criação de um novo idioma (a *novilíngua*) e a exaltação do Grande Irmão como soberano e salvador do povo. Essas ações são distribuídas e executadas por ministérios um tanto quanto paradoxais, mas que mesmo assim contribuem para propagar a produção desse discurso tido e havido como “verdade”.

Eram as sedes dos quatro Ministérios que entre si dividiam todas as funções do governo: o Ministério da Verdade, que se ocupava das notícias, diversões, instrução e belas-artes; o Ministério da Paz, que se ocupava da guerra; o Ministério do Amor, que mantinha a lei e a ordem, e o Ministério da Fartura, que acudia às atividades econômicas. Seus nomes, em Novilíngua: Miniver, Minipaz, Miniamo e Minifarto. (ORWELL, 1984, p. 10)

Cabe, portanto, adentrar em como esses ministérios corroboram para a manipulação da informação dentro da obra. Cada qual com um papel específico, que fecham em si todo o domínio da verdade, da história e, acima de tudo, do controle social.

### 3. Manipulação da informação

Não se pode desconsiderar que as três concepções de poder apresentadas inicialmente estão, de uma maneira ou de outra, inseridas dentro da obra. Mas em toda forma que esse Estado atingiu, o mecanismo utilizado foi o mesmo.

Seja na concepção de poder em Marx e Engels, em Weber ou em Foucault, o que se concebe dentro da Oceania (nome do país em que se passa a narrativa) é o poder transfigurado em um aspecto e que, através dele, é disseminado para toda sociedade: a manipulação da informação. Não se trata apenas de totalitarismo ou de exercer o poder sobre um povo, é preciso analisar o modo como isso é feito para atingir o que está estabelecido.

Dessa forma, a mídia, ao participar da esfera pública como “prestadora de serviços”, isto é, como entidades de “comunicação social”, teria uma função imprescindível nas democracias: informar sobre os acontecimentos levando às pessoas uma gama de dados que, sem esse serviço, não teria condição de conhecer outras realidades que não as vivenciadas ou relatadas por pessoas próximas. Mais importante, os órgãos da mídia fariam a fiscalização do Estado, exercendo assim a forma mais bem acabada de “controle social”: em relação ao dinheiro público, às ações públicas, numa palavra, aos negócios públicos. (FONSECA, 2011, p. 42)

Em 1984, o exercício do poder através da manipulação da informação se dá por três vias, baseadas nos princípios sagrados do Ingsoc (o partido e a ideologia que dominam Oceania): a) *novilíngua*; b) *duplipensar*; c) e a mutabilidade do passado (ORWELL, 1984).

Evidentemente, existem outras maneiras de se adulterar a informação, mas a atenção é chamada para esses três elementos justamente porque formam a base do Estado totalitário. Esses três se transformam em apenas um, tornando-se praticamente confundíveis e lados de um mesmo triângulo. Isso porque, a partir do momento que se reduz uma língua, ela passa a ter menos palavras de críticas e pode ser facilmente manipulada para conter palavras que apenas contemplem aquilo que for de interesse da ideologia dominante. Ou também subverter a própria lógica dentro da lógica (o que, no caso, vem a ser o duplipensar), fazendo com que haja uma manobra intelectual dentro do sujeito, subvertendo questões e até mesmo a realidade na qual ele se encontra. Quanto a isso,

O totalitarismo não se contenta em afirmar, apesar de provar em contrário, que o desemprego não existe; elimina de sua propaganda qualquer menção sobre os benefícios para os desempregados. Igualmente importante é o fato de que a recusa em reconhecer o desemprego corrobora – embora de modo inesperado – a velha doutrina socialista de que quem não trabalha não come. Ou, para citar outro exemplo, quando Stalin decidiu reescrever a história da Revolução Russa, a propaganda da sua nova versão consistiu em destruir, juntamente com os livros e documentos, os seus autores e leitores: a publicação, em 1938, da nova história oficial do Partido Comunista assinalou o fim do superexpurgo que havia dizimado toda uma geração de intelectuais soviéticos. (ARENDRT, 1989, p. 390-391)

Junte-se esse controle da memória, a criação de uma nova língua, totalmente reduzida, e some-as ao apagamento de registros, à distorção da História, e ter-se-á manipulação da informação.

E se todos os outros aceitassem a mentira imposta pelo Partido – se todos os anais dissessem a mesma coisa – então a mentira se transformava em história, em verdade. “Quem controla o passado”, dizia o lema do Partido, “controla o futuro; quem controla o presente, controla o passado”. E no entanto o passado, conquanto de natureza alterável, nunca fora alterado. O que agora era verdade era verdade do sempre ao sempre. Era bem simples. Bastava apenas uma série infinda de vitórias sobre a memória. “Controle da realidade”, chamava-se. Ou, em Novilíngua, “duplipensar”. [...] O passado, refletiu, não apenas fora alterado, fora efetivamente destruído. [...] Nunca havia prova. (ORWELL, 1984, p. 36-37)

E como alterar o passado? Como destruí-lo? Além do controle da realidade e da criação nova forma de comunicar, existe um elemento que faz com que toda realidade tenha sentido: os registros. Como forma de poder e de controle, os registros eram alterados conforme o Partido achava conveniente e repassava ao Departamento de Registros do Ministério da Verdade, no qual Winston trabalhava, para realizar as adulterações. Era assim a construção de um jornal, um mecanismo midiático além das teletelas que contribuíam com o objetivo final. Jessé Souza (2019), em *A elite do atraso*, credita à mídia grande papel direcionador das ideias do governo, sejam elas favoráveis ou contrárias.

Ninguém na mídia cria nenhuma ideia. Falo aqui, obviamente, de ideias-força, aquele tipo de pensamento que conduz uma sociedade em um sentido ou em outro e é restrito a intelectuais e especialistas treinados. A mídia retira seu poder de fogo desse reservatório de ideias dominantes e consagradas [...] Daí que seja fundamental perceber como as ideias são criadas e qual o seu papel específico na forma como a sociedade vai definir seu caminho específico. Não apenas a mídia, mas também os indivíduos e as classes sociais vão definir sua ação prática, que tenham ou não consciência disso, a partir desse mesmo repositório de ideias. [...] Afinal, são essas ideias que irão esclarecer os indivíduos e as classes sociais acerca de seus objetivos, interesses e conflitos. [...] Por conta disso, quem controla a produção das ideias dominantes controla o mundo. E também por isso, as ideias dominantes são sempre produto das elites dominantes. É necessário, para quem domina e quer continuar dominando, se apropriar da produção de ideias para interpretar e justificar tudo que acontece de acordo com os seus interesses. (SOUZA, 2019, p. 25-26)

É nessa perspectiva de ideias dominantes que o controle da informação se dá na obra de Orwell. Esses fundamentos não se baseiam apenas na propagação, mas sim na criação e na manutenção desses ideais. O Grande Irmão, junto com o IngSoc e suas características, ilustram exatamente a posição de Jessé de Souza (2019). No

caso da Oceania, todo trabalho midiático da disseminação da informação deveria obrigatoriamente atender as necessidades do momento e, acima de tudo, enaltecer o governo do Grande Irmão.

As mensagens recebidas, referiam-se a artigos ou notícias que, por um motivo ou outro, deviam ser alterados ou, como se dizia oficialmente, retificados. [...] Daí com um movimento tão inconsciente quanto possível, amassou o recado original e as notas que havia feito, e atirou-as no buraco da memória, para o pasto de chamas. [...] jamais continuava no arquivo uma notícia, artigo ou opinião que entrasse em conflitos com as necessidades do momento. Toda história era um palimpsesto<sup>1</sup>, raspado e reescrito tantas vezes quanto fosse necessário. (ORWELL, 1984, p. 40-41)

Para a continuação da manipulação da informação é importante deixar registrado que não apenas questões históricas são alteradas, mas também as falsas sensações de que está tudo sob controle e de que há fartura material. Mecanismos como a criação de Loteria, a fim de ludibriar as proles (parcela de 85% da população que ficava aquém e restrita aos bairros mais pobres), a regulação da vida sexual e definição de família (com finalidade apenas de procriar e servir ao Partido) e o insistente discurso de uma guerra a ser combatida e vencida também concorrem para que todo o redor do Partido e do Grande Irmão ganhe relevância, possibilitando um grau enorme de corrupção dentro da casta política.

O ideal criado pelo Partido era enorme, terrível, luzidio – um mundo de aço e concreto, de monstruosas máquinas e armas aterrorizantes – uma nação de guerreiros e fanáticos, marchando avante em perfeita unidade, todos tendo os mesmos pensamentos e gritando as mesmas divisas – trezentos milhões com a mesma cara – trabalhando perpetuamente, lutando, triunfando, perseguindo. A realidade eram cidades caindo em ruínas, escuras, onde o populacho subnutrido perambulava com sapatos furados, vivendo em remendadas casas do século dezenove que sempre cheiravam a repolho e latrinas de mau funcionamento. (ORWELL, 1984, p. 73)

Tal corrupção não se dava apenas nas questões econômicas e para a produção da guerra, mas cerceava comportamentos dentro das camadas superiores do Partido: seu discurso deve ser obedecido por todos, mas internamente alguns poucos usufruíam de regalia, burlando o sistema. É o que se pode verificar num dos diálogos

1 Papiro ou pergaminho cujo texto primitivo foi raspado para dar lugar a outro.

entre O'Brien (membro importante do Partido), Winston e Júlia (sua namorada) a respeito das teletelas.

Quando O'Brien passou pela teletela, um pensamento pareceu-lhe vir à mente. Deteve-se, voltou-se e apertou um comutador na parede. Houve um estalido seco e a voz parou.

Júlia soltou uma pequena exclamação, uma espécie de guincho de surpresa. Mesmo em meio ao seu pânico, Winston ficou tão admirado que não pôde deixar de exclamar:

— Desligou a teletela!

— Sim — Disse O'Brien — desliguei. Nós temos esse privilégio. (ORWELL, 1984, p. 159-160)

Ademais, a manipulação da informação é uma forma de demonstrar poder. E mais do que isso, aquele que o detém é o direcionador no sentido de quem irá ou não obedecer e quais são as consequências. Mais do que uma questão de poder no sentido político da palavra, aquele que o detém só o detém por causa dos recursos sociais e econômicos a ele favorecidos. Seja com o discurso, seja com a história e a decisão de alterá-la, seja com o controle da ciência e da guerra como parâmetros que amparam esse poder.

#### **4. Considerações finais**

Mais do que o Estado possuir seus inimigos (in)visíveis, a legitimidade do território, o uso de aparelhos ideológicos ou a utilização de métodos coercitivos, antes de tudo isso, a manipulação da informação é a engrenagem de todo poder estabelecido na obra 1984. É só através dela que o passado é alterado, que a lógica é subvertida e que a comunicação se torna mais rasa.

Embora um revolucionário (ou, no mínimo, um revoltado) contra o Partido, Winston integrando essa engrenagem de poder. As alterações exercidas por ele dentro do Departamento de Registro eram fundamentais para legitimar o discurso do Grande Irmão: “Guerra é Paz! Liberdade é Escravidão! Ignorância é Força!”. Não propositalmente, tornou-se impossível para o personagem deslocar as barreiras do sistema, o que mostra que, por mais que ele tentasse, no decorrer da obra, desmascarar o Grande Irmão, no fim, a informação já havia sido disseminada e ele se tornou apenas mais uma vítima contrariada. Até mesmo o poder do vigiar (teletelas) e punir (Polícia do Pensamento) perpassavam a informação. Afinal, o que é a crimideia se não uma modo de produzir informação contra o Partido?

Cabe, portanto, compreender a importância da informação para a sociedade e perceber que ela pode ser muito mais potente, dependendo de quem a está usando.

### Referências

- ARENDRT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- FONSECA, Francisco. “Mídia, poder e democracia: teoria e práxis dos meios de comunicação”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 6, p. 41-69, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n6/n6a03.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2019.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Org. e trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1979.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. Trad. Marcus Mazzari. São Paulo, Hedra, 2010. 114 p.
- ORWELL, George. *1984*. Trad. Wilson Velloso. 17. ed. São Paulo, Nacional, 1984. 277 p.
- SOUZA, Jessé. *A elite do atraso*. Rio de Janeiro, Estação Brasil, 2019. 271 p.
- WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. Trad. Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. 18. ed. São Paulo, Cultrix, 2011.